



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Departamento de Planejamento e Gestão

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

RESOLUÇÃO Nº 03/2002-CSMP

Regulamenta o funcionamento da Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 12, IX (in fine) da Lei Complementar Estadual nº 27/93, resolve:

CAPÍTULO I
DAS OBSERVAÇÕES GERAIS

Art. 1º - A Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso terá o seu funcionamento de acordo com as regras estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º - A Biblioteca será administrada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

Art. 3º - O uso da Biblioteca será permitido, sem nenhum ônus, aos membros, servidores e estagiários do Ministério Público, em atividade.

Parágrafo Único – É permitido aos aposentados fazer consultas “in loco”.

CAPÍTULO II

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 4º - A Biblioteca funcionará de 2ª à 6ª feira, das **8h às 11h 30min** e das **13h 30min às 18h**, e permanecerá fechada aos sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

Parágrafo Único – Não serão permitidos empréstimos de livros, consultas ou pesquisas fora do horário de funcionamento, salvo em casos excepcionais, autorizado pelo Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Art. 5º - A Biblioteca oferece aos usuários, os seguintes serviços:

- a) atendimento e orientação em pesquisa e levantamento bibliográfico;
- b) pesquisa de legislação, jurisprudência e doutrina no acervo pelo sistema de banco de dados disponível;
- c) orientação nas pesquisas de legislação, jurisprudência e doutrina em bancos de dados disponíveis;
- d) serviço de empréstimo;
- e) divulgação de artigos, de periódicos e livros por meio do informativo jurídico-corrente;
- f) serviço de reprografia.

Art. 6º - Poderão ser extraídas cópias reprográficas de artigos de periódicos, jurisprudência, legislação, parte ou capítulo de livros.

Parágrafo Único - É vedada cópia integral de obras (Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências).



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

Departamento de Planejamento e Gestão

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

CAPÍTULO IV

DO EMPRÉSTIMO

Art. 7º - O empréstimo do acervo é restrito aos membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, mediante prévio cadastramento na Biblioteca.

Art. 8º - O usuário poderá solicitar o empréstimo diretamente, ou por intermédio de terceiros com autorização por escrito e assinado.

Art. 9º - A retirada de obras da Biblioteca fica limitada ao número de **03 (três) exemplares por pessoa**.

Parágrafo Único – Não é permitido, salvo em casos excepcionais e a critério do Coordenador Geral do CEAF, o empréstimo de : Dicionários, códigos, legislação, publicações periódicas (Diários Oficial e da Justiça/MT), obras raras , softwares de doutrina ou jurisprudência, podendo sempre, os interessados, consultá-los na própria Biblioteca.

Art. 10º - As obras do acervo da Biblioteca que estejam regularmente cadastradas, poderão ser emprestadas por um período de **10 (dez) dias úteis**.

§ 1º - Em caso de necessidade, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF reserva-se o direito de solicitar a devolução da obra retirada sob empréstimo, mesmo antes de findar o prazo estipulado.

§ 2º - O pedido de empréstimo poderá ser renovado, por igual período, desde que a obra seja apresentada pelo interessado ao responsável pela Biblioteca e esteja nas mesmas condições de conservação de quando foi emprestada e não haja solicitação da mesma obra por outra pessoa.

§ 3º - O usuário que estiver em atraso na devolução da obra não poderá efetuar novos empréstimos.

§ 4º O usuário que se afastar por motivo de férias, licença, remoção, término de estágio ou aposentadoria, deverá devolver a obra que houver retirado.

CAPÍTULO V

DAS PERDAS E DANOS

Art. 11º - Ao usuário cabe zelar pelo material bibliográfico manuseado, responsabilizando-se por quaisquer danos ou extravios, ainda que involuntariamente causados.

Art. 12º - A não devolução da obra emprestada no prazo estabelecido sujeitará o responsável pelo empréstimo à multa diária no valor de R\$ 5,00 (Cinco reais).

Art. 13º - Caso a não devolução ultrapasse o período de 30 (Trinta) dias, a obra emprestada será dada como extraviada, hipótese em que a pessoa que a tomou emprestada deverá ressarcir o valor estimado da obra. Caberá também ressarcimento a título de indenização, a ser exigido do tomador do empréstimo, na hipótese de se verificar que a obra emprestada foi danificada pelo usuário.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Departamento de Planejamento e Gestão

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Art. 14º - O valor da multa tratado no artigo 12º poderá ser, periodicamente, reajustado e fixado por meio de Portaria do Coordenador Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, no caso de se verificar alguma defasagem por força de fator inflacionário, mudança de moeda ou outro motivo econômico relevante que o autorize. O valor da obra que for considerada danificada ou extraviada, deverá ser estimada pelo Coordenador Geral do CEAF, após pesquisa de mercado, e comunicada formalmente à pessoa que deu causa à danificação ou extravio.

Parágrafo Único - Os valores das multas pelo atraso na devolução e aqueles correspondentes às indenizações por danos ou extravios de obras, deverão ser recolhidos, a título de contribuição, no FUNAMP – Fundo de Apoio ao Ministério Público/MT, Banco do Brasil, Agência nº 046-9, Conta nº 04.010.500-8.

Art. 15º - O interessado pelo empréstimo, ao retirar a obra da Biblioteca, deverá assinar termo de compromisso simplificado que conterá, entre outras, o pleno conhecimento destas regras de funcionamento e a permissão de se debitar em seu salário imediatamente posterior à assinatura, o valor da multa oriunda de eventual atraso na devolução da obra, assim como do quantum estimado correspondente à obra que porventura venha a ser extraviada ou danificada em seu poder.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - O acervo da Biblioteca será formado por obras advindas de doações, permutas, comodatos e aquisições.

Parágrafo 1º - Todo material bibliográfico a ser adquirido deverá ser solicitado à Diretoria Geral.

Parágrafo 2º - Os materiais bibliográficos solicitados por outras unidades administrativas e que estejam sob a guarda e vigilância permanente desses, ficarão sob responsabilidade do setor respectivo e não serão cadastrados como acervo da biblioteca, ficando esta isenta de qualquer responsabilidade com referido material. (Redação dada pela resolução 02/2007 CSMP)

Art. 17º - Os casos omissos a esta Resolução serão dirimidos e regulamentados pela Diretoria Executiva do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

Art. 18º - Esta Resolução deverá ser distribuída pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF a todos os membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e entrará em vigor após sua publicação.

Cuiabá, 01 de novembro de 2002.

Guiomar Teodoro Borges
Procurador Geral de Justiça
Presidente do CSMP

Luiz Eduardo Martins Jacob



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Departamento de Planejamento e Gestão

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Procurador de Justiça
Secretário do CSMP Substituto